
PORTUGAL, ÁFRICA E A POLÍTICA EXTERNA
AMERICANA

PORTUGAL, ÁFRICA E A POLÍTICA EXTERNA AMERICANA (*)

NOTA DA REDACÇÃO: *Tendo chegado ao conhecimento da Comissão de Redacção a existência de um volume de depoimentos de especialistas americanos ao Congresso dos EUA acerca dos interesses americanos em África onde se dava um apanhado da política externa portuguesa relativamente àquele continente, pareceu útil dar a conhecer esse apanhado ao público português. Agradecemos ao autor do artigo a revisão da tradução da Sr.ª D. Fernanda Osório Dias da Silva do depoimento e de partes da discussão subsequente, orientada por Stephen Solarz, Congressista Democrático pelo Estado de Nova Iorque e Presidente da Comissão de África em que participam, além do autor, Ruth Morgenthau, Professora de Relações Internacionais na Universidade de Brandeis (EUA) e consultora que foi do Embaixador Andrew Young nas Nações Unidas, e Patrick O'Meara, Professor de Ciência Política na Universidade de Indiana (EUA).*

I

DEPOIMENTO

PORTUGAL E ÁFRICA DESDE A REVOLUÇÃO DE 1974

1. Introdução

Portugal foi a primeira e a última potência colonial. A peculiaridade da expansão ultramarina portuguesa foi sobretudo visível em África, apesar de a preservação das fronteiras coloniais no Brasil ter também sido singular.

(*) Depoimento à Comissão de África do Congresso dos EUA em 13 de Novembro de 1979 e de partes da discussão subsequente. O original foi publicado em *U. S. Interests in Africa*, Hearings before the Subcommittee on Foreign Affairs, House of Representatives, Washington, D. C.: U. S. Government Printing Office, 1980, p. 369-379 e 382-388.

O princípio da colonização efectiva, adoptado pelas principais potências europeias na Conferência de Berlim em 1885, foi objecto de uma persistente resistência. Ao ponto de Portugal ter retardado uma exploração económica sistemática dos recursos coloniais quase até à pressão da descolonização do período do pós-guerra. A aceleração do desenvolvimento económico das duas maiores colónias africanas, Angola e Moçambique, nos anos de 50 e 60, foi acompanhada por um grande surto migratório de colonos. Depois de 1961, esse surto aliou-se ao aumento de forças militares destinadas a conter os movimentos nacionalistas.

A ideologia de Portugal enquanto nação com vocação multicontinental conduziu à recusa total de discutir a independência das colónias. Mesmo com dirigentes nacionalistas com a craveira de Amílcar Cabral. Mesmo quando a situação militar era insustentável como na Guiné-Bissau.

Depois do golpe militar de 25 de Abril de 1974, foi também dramática e peculiar a descolonização portuguesa. As Forças Armadas Portuguesas foram incapazes de resistir à deterioração acelerada da sua capacidade operacional durante o processo. Na verdade, a independência de Angola em Novembro de 1975 coincidiu com a inversão da tendência pró-comunista da revolução e a tentativa do estabelecimento de uma ordem democrática europeia em Portugal.

Consequentemente, o objectivo mais conspícuo da política externa desde essa altura passou a ser a integração europeia. Este último cenário leva não só a pôr em questão que exista presentemente uma política africana portuguesa mas também a perguntar o que ela poderá ter de relevante para a política externa dos Estados Unidos da América. Talvez paradoxalmente, uma resposta afirmativa à segunda pergunta não depende de uma resposta afirmativa à primeira questão.

Pode-se, com efeito, argumentar que as relações portuguesas com África são relevantes para os Estados Unidos, por justamente parecerem contra-intuitivas.

Elas apontam para a pertinácia dos «cinco séculos de coexistência», a que o falecido Presidente da República Popular de Angola, Dr Agostinho Neto, se referia em Janeiro de 1979. Esta pertinácia é particularmente notável visto, por um lado, os regimes metropolitano e ex-colonial serem ideologicamente opostos e, por outro, quer as capacidades quer as realizações bilaterais terem sido mínimas. Na verdade, para avaliar os efeitos da recente

expansão soviética ou cubana em África, relativamente à qual se pode dizer que as ideologias são iguais e que as capacidades e realizações são evidentes, bem como para analisar a resposta apropriada dos Estados Unidos a essa expansão, as relações portuguesas com África nos últimos quatro anos são quase como uma «experiência controlada».

Para entender isso, é analiticamente conveniente distinguir não apenas as ex-colónias portuguesas de outros países africanos mas também entre aquelas. De facto, a noção de uma comunidade de expressão portuguesa, respeitante aos períodos colonial e pós-colonial, não tem grande interesse porque ignora a segunda distinção referida. Houve apenas uma reunião informal em Luanda dos cinco dirigentes das ex-colónias, em Junho de 1979, e caso o tema das relações com Portugal tenha sido abordado nessa reunião, ele não consta do relatório final.

De um ponto de vista de política internacional global, a distinção principal entre os «Estados de vanguarda», Angola e Moçambique, e as restantes ex-colónias africanas, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe. Esta distinção também decorre da natureza das relações com Portugal, as quais são descritas como excelentes pelos chefes dos pequenos estados equatoriais, ao passo que são notórias as tensões com as outras duas nações, relativamente às quais os interesses em jogo são também muito mais elevados. Em consequência, depois de se analisar a relação da política interna com a descolonização, ir-se-ão rever as realizações e problemas nas relações bilaterais, usando as distinções acima referidas.

2. Política interna e descolonização

Durante a maior parte de 1975, Portugal esteve sujeito a um regime militar caracterizado pelas obediências ideológicas concorrentes das principais figuras. Essas obediências podem caracterizar-se superficialmente como segue. Em contraponto com oficiais conservadores e liberais, personificados por membros da Junta de Salvação Nacional como Galvão de Melo, J. Silvério Marques e A. Spínola, surgiram quer seguidores da ortodoxia soviética como Rosa Coutinho, também da Junta, ou o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, quer personagens da linha maoísta-populista como Otelo Saraiva de Carvalho, comandante operacional, quer ainda personalidades influenciadas pelo eurocomunismo, como o membro do Conselho da Revolução Melo Antunes.

Apenas os partidos políticos da esquerda foram capazes de providenciar como que uma «base social de apoio» às tendências dos dirigentes militares. Assim, o Partido Comunista apoiou Gonçalves e a União Democrática Popular (UDP), um grupo maoísta com poder na área industrial de Lisboa e no Alentejo, apoiou Otelo. Por sua vez, o Partido Socialista, seguido por grupos alinhados à sua direita, apoiou Melo Antunes. Foi durante este período conturbado que se procedeu à descolonização de Moçambique e Angola, enquanto o processo de independência da Guiné-Bissau se desenrolava mais calmamente na sequência da declaração do General Spínola de 27 de Julho de 1974 acerca do direito dos territórios ultramarinos à autodeterminação e da subsequente aprovação da Lei n.º 7/74.

O trauma da descolonização foi inversamente proporcional ao controle dos territórios que as Forças Armadas Portuguesas exerciam em Abril de 1974. Trauma menor na Guiné-Bissau, onde o controle era praticamente inexistente, foi significativo em Moçambique onde a região sul estava sob controle português até 1973, e dramático em Angola onde anos de disputa entre os três movimentos de libertação haviam proporcionado uma posição particularmente favorável ao Exército colonial.

É também interessante notar que o controle militar português era por sua vez proporcional ao número de colonos e ao nível de prosperidade económica do território.

A importância destas diferenças torna-se saliente tendo em linha de conta que a luta pelo poder em Portugal evitou que o Exército colonial tomasse parte activa na descolonização. Esta incapacidade teve consequências drásticas no território onde a acção do Exército colonial poderia ter sido mais relevante, nomeadamente Angola. O acordo de independência, assinado em Alvor, Portugal, em Janeiro de 1975 representava uma tentativa de reconciliação dos três movimentos de libertação, a qual teria requerido um grande empenho na manutenção da ordem em Luanda, a capital da província onde simpatizantes do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) ligados à facção política de Agostinho Neto não enfrentavam praticamente oposição.

No Verão de 1975, o MPLA tomou posse de Luanda e isso originou um êxodo maciço de colonos. A guerra civil em Angola tornou-se uma guerra entre a capital e o interior, o qual era controlado pela aliança entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), apoiada pelo Zaire,

e a União para a Independência Total de Angola (UNITA), apoiada pela África do Sul.

Luanda estava já cercada pelas forças da referida aliança quando, nas vésperas da independência em 11 de Novembro de 1975, a cidade foi defendida por tropas cubanas com material soviético. A desilusão em Portugal acerca do destino da mais próspera colónia foi, porém, ofuscado quer pelo problema do repatriamento dos refugiados, de enormes proporções, quer pela tentativa de golpe militar do 25 de Novembro e as suas consequências. De tal modo que, enquanto o Brasil foi das primeiras nações não comunistas a reconhecer o Governo de Luanda, Portugal foi das últimas.

Em princípios de 1976 o regime político em Portugal começou a aproximar-se das democracias ocidentais e a política externa tomou outro rumo. O não alinhamento retórico foi completamente abandonado pelo Partido Socialista e partidos à sua direita e o «slogan» eleitoral «A Europa connosco» foi usado quer para solicitar a entrada na Comunidade Económica Europeia quer para obter a ajuda financeira desta, dos Estados Unidos e do Japão.

Os pontos fulcrais da política externa no período pós-descolonização foram assim condicionamentos impostos pelo «déficit» da balança de pagamentos e pelo projecto de integração europeia, ambos os quais levaram o Governo a pôr ênfase nas características económicas e políticas de tipo ocidental, à custa da dimensão africana.

A África tornou-se deste modo a única saída para o espírito revolucionário. A consequência desta projecção na política externa dos conflitos da política interna pode ser descrita como o «síndrome das diplomacias paralelas». Mensageiros especiais do Primeiro-Ministro ou do Presidente da República às ex-colónias têm sido tão importantes como o canal institucional do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Tais mensageiros têm invariavelmente estado conotados ideologicamente à esquerda dos sucessivos Ministros dos Negócios Estrangeiros. Assim, a demissão do Dr. Medeiros Ferreira em Outubro de 1977, um golpe fatal para o primeiro governo do Dr. Mário Soares, parece ter sido consequência directa dos mensageiros especiais do Primeiro-Ministro às ex-colónias.

Além disso os mensageiros especiais de Soares tinham uma finalidade diferente da dos mensageiros especiais do Presidente da República, General Eanes. No primeiro caso, um objectivo principal era o de aumentar a

dimensão africana da Internacional Socialista, tendo a sua prossecução, pelo menos ao princípio, sido afectada pela visão do Presidente do Senegal, Leopold Senghor. No segundo caso, o objectivo era sinalizar o aumento da intervenção do Presidente da República na política externa, numa base puramente nacional, mas com ênfase maior no não alinhamento do que o demonstrado pelos diplomatas profissionais.

3. Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé

As relações destes pequenos Estados são largamente determinadas pelas suas necessidades de ajuda externa pelas dificuldades que eles enfrentam com Estados vizinhos mais poderosos. S. Tomé teme a excessiva influência do Gabão que se diz estar por trás dos dois atentados ao Presidente Pinto da Costa. Por seu turno, a Guiné-Bissau, ligada a Cabo Verde através do Governo do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), tem enfrentado uma disputa acerca das águas territoriais com a Guiné-Conakry. A cooperação militar com a União Soviética é baseada na origem da tecnologia militar da resistência bem como em acordos comerciais, os quais se têm todavia revelado uma desilusão. Apesar de algumas relações comerciais existentes com o Brasil e com Moçambique, o Presidente Luís Cabral, irmão de Amílcar, tem declarado repetidamente que os laços predominantes são com Portugal. Assim, estes Estados tentaram activamente conseguir junto das Nações Unidas a eleição para o Conselho de Segurança em Outubro de 1978 de Portugal em vez de Malta, o candidato do movimento de não alinhados à qual eles pertencem. No mesmo sentido Luís Cabral visitou Portugal em Janeiro de 1978, Aristides Pereira, Presidente da Guiné-Bissau, fê-lo em Janeiro de 1979 e em Outubro de 1979 foi a vez de Pinto da Costa. Eanes visitou a Guiné-Bissau em Fevereiro de 1979. Não obstante os vários acordos que Portugal assinou com estes países terem tido uma execução lenta e ocasional, estes Estados também facilitaram a relação de Portugal com outras ex-colónias. Assim, o primeiro encontro entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros de Angola e Portugal teve lugar em Cabo Verde em Setembro de 1976, altura em que foi discutido o estabelecimento de relações diplomáticas. O primeiro encontro entre os Presidentes da República das duas nações teve lugar em Bissau em Junho do mesmo ano. O sucesso do encontro entre Eanes e Neto tem levado a evocar o «Espírito

de Bissau» sempre que se pretende acelerar o progresso das relações entre Portugal e Angola.

4. Angola

Como se disse, a descolonização de Angola foi a mais dramática.

Em Maio de 1974, o General Costa Gomes, segundo na hierarquia da Junta e ex-Comandante Militar de Angola, declarou a um vespertino lisboeta que julgava que ela «continuará portuguesa». No Verão de 1974, Spínola tentou puxar para si o processo de descolonização de Angola, o que se diz ter levado a acelerar a sua substituição pelo mais esquerdista Costa Gomes depois do golpe de 28 de Setembro de 1974. A passividade das tropas portuguesas durante o período de transição, que rapidamente se transformou em guerra civil, foi ressentida pelos três movimentos de libertação assim como pelos colonos, por razões evidentemente diversas. O apoio mais significativo do MPLA-Neto em Portugal sempre foi o Partido Comunista, que não o Socialista. Por outro lado, desde a independência que o Governo Angolano tem protestado acerca do facto de Portugal consentir actividades anti-MPLA por parte da UNITA, da FNLA e da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) no território nacional.

Do lado português, o problema dos prisioneiros portugueses em Angola e refugiados angolanos em Portugal impediu melhores relações. No campo financeiro, a nacionalização por Angola da banca, bem como de outros empreendimentos pertencentes ao Estado Português, envolve indemnizações da ordem dos cinquenta milhões de contos, as quais os angolanos se recusam a negociar.

Depois do golpe do Comandante Nito Alves em Maio de 1977, a política de Neto mudara na direcção do Ocidente tendo sido assinado em Bissau em Junho de 1978 um Acordo Geral de Cooperação entre Portugal e Angola. A aprovação do Parlamento Português foi bastante demorada, apesar das insistências do Ministro angolano dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Jorge. O acordo comercial de Janeiro de 1979, assinado durante a visita a Luanda do Ministro do Comércio português, teve também problemas de execução. De facto, o primeiro encontro do Comité Luso-Angolano, criado pelo Acordo de Bissau, realizou-se um ano depois de o mesmo ter sido assinado e pouco andamento se tem verificado.

O falecimento de Neto em Moscovo em 11 de Setembro — no momento em que as suas relações com a UNITA pareciam melhorar — torna difícil avaliar o futuro próximo das relações bilaterais. É certo que o novo Presidente, Eduardo dos Santos, enviou uma mensagem a Eanes agradecendo a presença deste no funeral de Neto, o que foi interpretado como revelando interesse nas relações futuras. Contudo, Eanes cancelou a sua projectada visita a África, particularmente a Angola, talvez devido à proximidade das eleições portuguesas em 2 de Dezembro de 1979.

5. *Moçambique*

As relações com Moçambique têm sido consideradas das mais difíceis. Os portugueses atribuem o facto à posição antiocidental e pró-soviética do Presidente moçambicano Samora Machel (trata-se da única ex-colónia com base militar soviética) enquanto os moçambicanos acusam Portugal de pretender perpetuar a mentalidade colonial. A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) mantém ainda assim relações regulares com o Partido Comunista Português e com alguns dos militares envolvidos no acordo de Lusaca, Zâmbia, no Verão de 1974, no qual a sua legitimidade foi reconhecida.

Moçambique foi a colónia portuguesa onde a influência cultural da África do Sul e da Rodésia era mais sensível. Depois da independência, continuou a guerra de fronteiras com as tropas rodesianas, ajudada possivelmente por moçambicanos brancos. Por outro lado, julga-se que tenha operado em Portugal um grupo rival, a Frente Unitária de Moçambique (FUMO). Outro aspecto, considerado revelante para a dificuldade das relações bilaterais, relacionado com o primeiro, é o de, durante o período colonial, o próprio Samora Machel ter tido uma coexistência cultural mínima com Portugal.

No caso de Moçambique, conseqüentemente, as «diplomacias paralelas» são mais evidentes. A situação é de quebra das relações intergovernamentais desde princípios de 1978, quando um cidadão português foi executado durante a estada duma delegação oficial portuguesa no país. Numerosos enviados presidenciais diligenciaram no sentido de serem libertados alguns prisioneiros portugueses e de se travar o fluxo para Portugal de refugiados, muitos dos quais asiáticos. Presentemente, afirma-se que se encontra naquele território Otelo Saraiva de Carvalho, ele próprio natural de Moçambique.

O contencioso financeiro envolve as dívidas da Hidroeléctrica de Cahora-Bassa, 85% das acções da qual são detidas pelo Estado Português, que vende energia eléctrica à África do Sul. As obras começaram em Abril de 1969 e ficaram concluídas em Abril de 1977. O outro problema não resolvido é o da compensação das dívidas irrecuperáveis à banca nacionalizada portuguesa, nacionalizada moçambicana em Janeiro de 1978.

Decerto, Moçambique nomeou o seu terceiro Embaixador (depois da Tanzânia e das Nações Unidas) para Portugal e uma missão a Portugal durante o governo do Primeiro-Ministro Maria de Lurdes Pintasilgo salientou o apreço da República Popular pela ex-metrópole lamentando também a falta de interesse dela. Ainda assim, Machel continua a ser o único dirigente de uma ex-colónia que nunca se avistou com o Presidente da República Portuguesa.

6. Conclusão: raízes sociais da política externa

As realizações da política de Portugal relativamente a África têm sido mínimas e os recursos que o País usou para o efeito têm ficado muito àquem das necessidades, tendo, por outro lado, sido conduzidos através de canais «ad hoc». A política africana tal como a política do Estado em geral têm sido seriamente obstruídas por governos com a duração média de seis meses e pelas graves dificuldades económicas internas.

A política africana tem sido frequentes vezes discutida tomando as ex-colónias em conjunto e considerando as relações com esse conjunto como uma «alternativa» à integração europeia susceptível de preservar o «Socialismo Português» e os elos deste com o Terceiro Mundo. Esta retórica é, é claro, precisamente igual ao dilema do antigo regime de optar entre a Europa e a África.

Por outro lado, o Partido Socialista tem encarado a África em termos do alargamento intercontinental da Internacional Socialista. Em Outubro de 1979, numa reunião desta organização em Lisboa, a política da «linha da frente» contra a Rodésia foi aceite, o que significou uma vitória para o Vice-Presidente português Soares.

A rápida integração dos refugiados da África, nomeadamente no comércio de retalho e na agricultura intensiva, não apagou o trauma da descolónização. Os governos das ex-colónias têm solicitado trabalhadores especia-

lizados e pessoas com experiência africana e os candidatos têm sido pouco numerosos. Esta reticência pode derivar também da dúvida acerca da capacidade do Governo Português em proteger os seus nacionais residentes nos regimes marxistas dos novos Estados.

Todavia, o interesse dos meios de comunicação é de longe superior ao verificado em qualquer país europeu. Por isso, e sem contar com fortes laços pessoais entre individualidades actualmente no poder em Portugal e na África ex-portuguesa, parece possível afirmar que as relações entre Portugal e África têm pertencido e continuarão a pertencer à raiz social da política externa de todas as partes envolvidas.

A importância destas raízes é provavelmente mais notória num país pequeno de emigração como Portugal do que num país grande como Angola, mas parece duradoura em ambos. De facto, as realizações portuguesas em África têm sido baseadas menos em políticas sólidas do que na tradicional capacidade dos portugueses em se adaptarem ao contexto africano.

Para resumir, os pontos evidentes dos últimos quatro anos apontam para a irrelevância da política externa divorciada das suas raízes sociais. E, após reflexão, isto pode não ser tão contra-intuitivo como parece.

Jorge Braga de Macedo

Professor Auxiliar de Economia e Assuntos Internacionais na Universidade de Princeton, EUA

II

DISCUSSÃO

Sr. Solarz: Gostaria que respondessem, resumidamente, na perspectiva das ex-colónias acerca das quais falaram, a esta pergunta. Até que ponto os interesses em África dos franceses, portugueses e britânicos coincidem, e até que ponto eles divergem?

Comecemos pela França.

Sr.ª Morgenthau: Penso que a coincidência de interesses vem através da Comunidade Económica Europeia e o Acordo de Lomé.

Têm sido os franceses a dirigir a manobra, embora os portugueses (dentro ou fora da Comunidade?), ainda assim, tenham em dado momento sido, sem dúvida, o cerne dos países externos à CEE. Ainda assim os franceses tiveram de, simultaneamente, julgo eu, fazer modificações na sua política europeia e africana e houve uma íntima interligação no modo como conduziram ambas.

De maneira que, do acordo de Roma até ao de Lomé, incluindo todos os subacordos acerca da energia atómica, dos minerais estratégicos, do acesso a investimentos, das questões cambiais e assim por diante, foram parte da rede de acordos económicos conduzindo a uma relação envolvendo a CEE e os Estados Associados Africanos, Caraíbas e Pacífico.

Quando a Grã-Bretanha aderiu ao Mercado Comum, eu diria, verificou-se nova percepção acerca do significado de toda a África para a comunidade europeia incluindo as suas ex-colónias. Preservar uma esfera prioritária europeia para a África tem de facto o acodo da Grã-Bretanha, da Bélgica, da França e da Alemanha.

Houve assim um crescimento progressivo a partir dos pequenos conflitos e irritações do período colonial, para um novo conceito de afinidade com África, que consiste em afastar a América e manter o Japão sob controle, considerando que se trata de uma esfera de acção para o comércio e investimento bem como uma fonte de bens de consumo para a Europa. Diz-se, por exemplo, em conferências económicas, que a América Latina é o produtor externo de géneros de consumo para os Estados Unidos, e a África está a caminho de ser o produtor externo de géneros de consumo para a Europa na próxima fase da industrialização.

De facto, no estabelecimento da Comunidade Económica Europeia há uma fase de nacionalismo económico estreito, mas à escala continental ou semicontinental relativamente a nós e a outros concorrentes.

Penso que foi como isso surgiu.

Sr. O'Meara: Gostaria de encarar o problema de ponto de vista diferente do da Professora Morgenthau. Muito depende na verdade da especificidade das relações. Julgo que neste momento a Nigéria está numa posição muito diferente da, digamos, de uma nação pequena como o Lesotho. Estamos a tratar de laços muito fortes entre a Grã-Bretanha e suas ex-colónias. É um ponto muito importante de que temos de estar cientes. Há obviamente recompensas para a Grã-Bretanha quando esta favorece certas áreas. Estou sempre interessado em ver o género de ajuda que é facultada a um país como o Malavi, onde ingleses apreciaram os desenvolvimentos que ali se efectuaram.

Há um certo pressentimento de que os investimentos terão um rendimento. Isto é outro exemplo de um estado africano conservador.

O problema do tipo de dimensão cultural que a Professora Morgenthau referiu antes, a relação francesa, está em larga medida ausente. Julgo que há laços mas não tão profundos como no caso da França.

Gostaria de dizer que também existem dimensões punitivas, às quais se poderá voltar daqui a pouco. As alusões que fiz aos Conservadores como Alex Douglas-Home em termos da nacionalização da Tanzânia, a questão da ligação da Tanzânia com a China «versus» o tipo de relações com o Malavi.

Sr. Solarz: Até que ponto e em que forma coincidem os interesses dos ingleses e americanos em África e até que ponto e em que forma eles divergem?

Sr. O'Meara: Quanto à divergência dos ingleses e americanos pelo menos na área da África do Sul, que tenho estudado, gostaria de antecipar a ideia de que haverá uma convergência; tem havido forte convergência entre interesses ingleses e americanos.

Penso porém que, em termos de pretóleo, deveríamos encontrar política diferente pois este torna-se um facto muito mais crucial no que respeita à Nigéria.

Sr. Solarz: Deixe-me prosseguir com este ponto.

O que é que explica o facto de, ao contrário dos franceses, que parecem ter enviado tropas para aqui, para ali e em toda a parte em África, os ingleses tenham hesitado em fazer o mesmo.

Porque estão eles tão renitentes em usar forças militares para a implementação da sua política externa em África, relativamente aos franceses?

Sr. O'Meara: Esta é uma pergunta interessante. Pode fazer-se essa pergunta em termos da própria Rodésia depois da Declaração Unilateral de Independência.

Sr. Solarz: Mesmo agora, eles escondem-se debaixo das saias do Commonwealth. Seria inacreditável pensar que os franceses fizessem o mesmo.

Sr. O'Meara: Daqui a pouco inclinar-me-ei perante a Professora Morganthau. Uns pensam que já não se deve encarar a Grã-Bretanha como uma grande potência. É uma potência importante, mas iludimo-nos ao dizer que é uma grande potência militar.

Sr. Solarz: A França tão-pouco é uma superpotência.

Sr. O'Meara: É verdade, mas a Grã-Bretanha está também envolvida na Irlanda do Norte. Isso é um factor significativo. Hesita em espalhar as suas tropas.

Sr. Solarz: Talvez possa reflectir para a acta e submeter uma resposta. Penso ser uma pergunta interessante. Talvez seja o trauma do Suez, não sei.

Sr.^a Morganthau: Julgo ser a prática orçamental inglesa, que é bastante diferente. Sempre conduziram a sua política colonial com a ideia de cada coisa no seu devido lugar, opondo-se a gastos a partir do Orçamento Central. Não têm linhas de crédito disponível. Pelo contrário, a prática orçamental francesa e a maneira de o Governo Francês afectar recursos revela marcas deixadas por Napoleão e restauradas por De Gaulle, as quais se reflectem na rapidez com a qual aparecem verbas disponíveis para os compromissos aqui, ali e em toda a parte.

Sr. Solarz: Professor Macedo?

Sr. Macedo: Creio que há uma divergência no curto prazo mas possibilidades de uma convergência no longo prazo entre os interesses dos Estados Unidos e os de Portugal.

No que respeita à África, a divergência do curto prazo deriva de, conforme mencionei, Portugal estar presentemente mais interessado em entrar para a Comunidade Europeia e de, quando tal se verificar, Portugal ser uma parte marginal da CEE. Portanto, o peso da política da CEE será, como já foi anteriormente referido, provavelmente da maior importância. Partilho a posição da Professora Morgenthau que a Europa tentará, de facto, conservar ali uma área de influência, apesar de ter mais dúvidas acerca das implicações para a América do Sul que ela referiu.

Contudo, no longo prazo, uma longa tradição histórica tornar-se-á relevante. Portugal, como nação independente há oito séculos, tem seguido uma política de compensar o seu reduzido poder negocial com os seus vizinhos, em particular a Espanha, com um vizinho mais distante, historicamente a Inglaterra. Este princípio aplica-se à política do antigo regime, a qual se baseava no interesse geopolítico óbvio dos Açores. Assim Portugal, em vez de ser um parceiro menor, deverá tentar diversificar um pouco, e jogar a cartada atlântica em maior grau. Já tentou fazer isso com o Brasil. Este, evidentemente, tem as visões próprias acerca de África e, portanto, a aliança poderá não ser tão fácil como a que liga Portugal a um país com interesses globais como os Estados Unidos, e por isso nos parece que haverá uma convergência no médio a longo prazo, sendo a duração desse médio a longo prazo entendida em termos da situação interna em Portugal, nos Estados Unidos e na Europa.

Sr. Solarz: Poderia cada um de vós comparar resumidamente a preocupação da população na França, na Grã-Bretanha e em Portugal acerca da presença das tropas cubanas em África com a preocupação existente no nosso próprio país. Diriam que é parecida com a preocupação dos Estados Unidos, ou será de maior ou menor grau? Como se explicam as diferenças — se é que existem — quanto ao grau de preocupação causado pela presença cubana em África.

Sr.ª Morgenthau: Primeiro do que tudo eu diria que, no longo prazo, há uma grande convergência política entre os franceses e americanos em África. Não usaria esse argumento nem diria tão-pouco que há uma tremenda

convergência entre a política dos Estados Unidos e da Europa em África quanto a muitos pontos concretos.

Estou a falar agora não tanto no político como no económico. Isso é uma questão. Em relação a Cuba, julgo que os franceses têm andado muito preocupados.

Antes de tudo, talvez ainda mais que os franceses, alguns dos Estados africanos de expressão francesa têm andado particularmente preocupados. É muito difícil ter uma conversa com Senghor sem que este assunto seja abordado. Ele sente-o grandemente e preocupa-se com a presença cubana na África Ocidental.

Sr. Solarz: Estando os franceses espalhados por toda a África, em que bases podem eles protestar acerca da presença cubana?

Sr.ª Morganthau: Penso que, para um país como o Senegal, o convite aberto que fez aos franceses para reforçarem a sua presença no Senegal está directamente relacionado com a preocupação da presença cubana em África.

Em todas as reuniões no Continente Africano, um número de Estados africanos moderados de expressão francesa levanta esta questão como problema primordial. Eles estão cientes que basta um insignificante número de tropas para se notar a diferença e, no caso do Senegal, este estava bastante preocupado com a reduzida presença cubana na área da África Ocidental e queria contrabalançar essa presença duma maneira ou de outra, de forma que existe uma preocupação comum em vários Estados africanos, a qual foi comunicada ao franceses, convidando-os a reforçar a sua presença ali.

Sr. Solarz: Diria então que a preocupação dos franceses é paralela à nossa?

Sr.ª Morganthau: Sim.

Sr. Solarz: Qual é a posição inglesa, Professor O'Meara?

Sr. O'Meara: Isto não diverge muito da posição inglesa, mas é importante notar que os Conservadores, especialmente os da ala direita do

Partido Conservador, estão extremamente preocupados com esta presença, e penso que teriam uma posição mais dura acerca da presença cubana do que, digamos, teria David Owen.

Sr. Solarz: Como é que avalia o facto de os Conservadores não parecerem dar muita importância à participação activa americana na iniciativa diplomática no Zimbabwe-Rodésia enquanto os Trabalhistas puxavam a aba do casaco dos americanos quanto a esta questão?

Sr. O'Meara: Penso que o contexto é diferente. Conforme mencionei no meu testemunho, Lord Harlech nas suas viagens em África ficou bastante a par do facto de haver a preocupação de ter a Grã-Bretanha como uma potência principal, resolvendo o que é um problema deles.

Penso também que o plano anglo-americano, como digo no meu testemunho, era um plano sem futuro. Teria de haver uma nova iniciativa. Vejo as coisas nesses termos.

Foi um contexto novo.

Sr. Solarz: Professor Macedo?

Sr. Macedo: Temos de ter em consideração que há uma grande diferença quando fazemos aquela comparação entre Portugal e os Estados Unidos, a qual se refere ao nível de atenção medido pela atenção dada pelos meios de comunicação a questões africanas. Nos meios de comunicação portugueses, há um grande interesse pela África, conforme digo no meu testemunho. Tendo essa diferença em conta, a preocupação é menor e é-o por uma razão interessante. A maior parte das pessoas pensa que os cubanos se irão arrepender da aventura. O horizonte relevante para um país como Portugal não é o mesmo do que o relevante para os Estados Unidos. A atenção é maior e assim tem maior diversidade, mas julgo que a preocupação é menor nesse sentido.

Sr. Solarz: Esteve há dias no meu gabinete Jonas Savimbi e disse-me que falava quatro ou cinco idiomas africanos o que, argumentou, estava na origem da sua simpatia junto da população do mato. Disse também que o falecido Presidente Neto falava apenas português e não conseguia dialogar com o povo angolano na sua própria língua. É verdade?

Sr. Macedo: O Dr. Neto também falava Quimbundo, uma língua oriunda da periferia de Luanda. Além disso ele era uma personalidade absolutamente dominante na própria Luanda e não era mistério algum que todos em Luanda o aceitavam. A língua Quimbundo é porém secundária do ponto de vista das línguas tribais do país. O Dr. Savimbi fala Umbundo, linguagem dos Ovimbundo, dos quais é o dirigente. Essa tribo conta com dois terços da população de Angola e uma grande parte da área. A terceira língua, falada no Norte, é o Bacongo. Não sei se Savimbi a fala, e, apesar de admiração que tenho pela sua experiência política e resistência militar, penso que ele gosta de exagerar.

Sr. Solarz: Quando Neto falava para o povo angolano, em que língua o fazia?

Sr. Macedo: Eu diria Quimbundo. Isto não lhe dava possibilidade de falar para todos ou mesmo à população de Angola como as outras línguas, mas não é verdade que Neto só falava português.

Sr. Solarz: Uma outra pergunta num ponto histórico. A UNITA recebeu a ajuda da África do Sul antes de Cuba vir em auxílio do MPLA?

Sr. Macedo: Há uma certa disputa acerca desse assunto. É do meu conhecimento pessoal que havia conselheiros cubanos em Angola, muitos deles amigos de pessoas ligadas ao MPLA antes da independência.

Parece-me que a data da partida do primeiro comboio marítimo cubano foi em princípios de Novembro, portanto, muito perto da data da independência. Creio que a ajuda da África do Sul à UNITA foi anterior a essa data. Mas penso, como provavelmente já referi, que essa ajuda é realmente um caso que se baseia no facto de Savimbi ter viajado anteriormente pela Europa e tentado demonstrar como quer a pressão política e militar do Zaire quer a potencial pressão militar da União Soviética representavam ameaças para o Ocidente, dadas as divisões do próprio MPLA.

Conforme referi no meu testemunho, este último aspecto era realmente crucial. Na altura, a existência de três facções no MPLA era susceptível de conduzir o problema de Angola para uma internacionalização. Savimbi tentou obter a cooperação europeia. Não sei se teve tempo de solicitar a vossa ajuda, ou se aos seus pedidos foi dada alguma resposta. Creio que não

Por isso só lhe restava atirar-se, se me permite a expressão, em desespero nas mãos da África do Sul.

É possível que isso tenha sido anterior à presença cubana, mas daí não se retira qualquer argumento por uma razão que penso ser bastante importante. É que Savimbi foi o dirigente que esteve mais cedo consciente do perigo da nação angolana e sabia da situação difícil do MPLA e como Neto estava em minoria dentro do aparelho do partido. Isto mostrou-se outra vez, em Maio de 1977, quando Nito Alves tentou o golpe.

Sr. Solarz: Apesar disso, ainda pensa que as tropas da África do Sul chegaram a Angola primeiro que os cubanos?

Sr. Macedo: Deixe-me ser mais incisivo e pôr os pormenores em ordem. O que é notável quanto à chegada das tropas cubanas não é a data mas sim quão rápidas e eficientes elas foram em termos da sua tecnologia militar e também da sua homogeneidade, pois de facto os cubanos mostraram-se peritos no equipamento que possuíam.

No caso quer da coluna da UNITA mais África do Sul quer da coluna Norte da FNLA mais Zaire, deve destacar-se a importância dos colonos portugueses afectos à UNITA que, de certo modo, tinham pensado em permanecer. Muitos deles tinham preparação militar o que é crucial dada a falta de preparação dos guerrilheiros.

Por isso mesmo a perícia cubana, um grupo homogéneo mas vindo do exterior, é mais chocante. Apenas para lhe dar um exemplo que julgo relevante, o comandante-chefe da coluna da FNLA era um dos melhores coronéis do Exército Português e chegou às portas de Luanda precisamente quando as tropas cubanas intervieram. Foi quase uma questão de horas.

Sr. Solarz: Uma pergunta final. A que se atribui o facto de as ex-colónias portuguesas, sem excepção, aparecerem com o que se pode designar de governos marxistas, enquanto as ex-colónias francesas e inglesas, talvez com uma ou duas excepções, não produziram governos de orientação marxista?

Será esta generalização acertada?

Sr. O'Meara: Depende da maneira como a descreverem. A abordagem da Tanzânia representa uma forma de socialismo africano que difere grandemente do modelo político do Quênia.

Não podemos fazer uma declaração geral.

Sr.º Morganthau: O marxismo foi, em grande parte na África Equatorial, a língua política do nacionalismo africano.

Sr. Solarz: Não tenho a certeza qual é a frase apropriada. Certamente, no plano conceptual, há uma distinção entre Angola e Moçambique por um lado, e Cabo Verde, ou mesmo a Zâmbia ou a Tanzânia por outro.

Sr.º Morganthau: Estava pensando na Argélia, na Guiné, no Mali e até no Congo.

Aqui o capitalismo do Estado, usando a linguagem marxista, prevalece e a primeira linguagem política, mesmo a do Presidente Nufet, foi aprendida em grupos de estudos comunistas, organizados por comunistas franceses no tempo da Frente Popular Francesa.

O que aconteceu foi que a necessidade de governar os Estados africanos recém-independentes tornou a política externa efectiva bem diferente daquilo que esperávamos. Não havia presença cubana e os modelos de política externa eram diferentes, mas eu julgo que será o nacionalismo africano a dar o passo em frente, mesmo em Angola onde há uma presença, uma forte presença, de tropas cubanas.

Por trás da linguagem marxista penso estar frequentemente uma posição nacionalista.

Sr. Macedo: Penso também que, a um nível importante, a insistência retórica marxista-leninista nos novos Estados independentes de Portugal é qualitativamente diferente dos moldes de socialismo africano que têm sido propostos por alguém como Senghor.

Julgo que a razão tem a ver com o facto de a descolonização das colónias portuguesas se ter dado depois de quinze anos de guerra de libertação, o que conduziu a uma maior assimilação da necessidade de uma ideologia para suster, por assim dizer, uma nação-estado emergente.

Mas o ponto mais importante, aquele em que insisto na minha declaração, e que é caso único na descolonização ocidental, é que são as próprias Forças Armadas que, numa súbita inversão de ideologia de um ponto de vista conservador para um que chamaria maoísta-populista, conduzem o

processo de descolonização. Ora dada a força dessa inversão as Forças Armadas perderam logo o controle desse processo.

Esta razão é crucial para o facto de os regimes se terem tornado monoliticamente marxistas, ao contrário dos outros países onde a descolonização foi mais controlada. Isto verifica-se relativamente à descolonização dos ingleses, dos franceses e mesmo à dos belgas.